

## TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 5480/2016**

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, dos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, deogo na Secretária-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria João Paula Lourenço, as seguintes competências:

1) Autorizar as despesas do próprio serviço, previstas no artigo 17.º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, até aos seguintes montantes:

- a) € 375 000, para a realização de despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços;
- b) € 750 000, para despesas devidamente discriminadas, incluídas em planos de atividade que sejam objeto de aprovação tutelar;
- c) € 1 250 000, para despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

2) Autorizar as despesas necessárias à manutenção do escritório de Lisboa da Organização Internacional do Trabalho previstas no n.º 1 do artigo 4.º do Acordo entre a República Portuguesa e a Organização Internacional do Trabalho, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 15/2003, de 4 de março, até ao montante de € 15 000,00, bem como as alterações orçamentais necessárias a uma adequada execução do respetivo orçamento;

3) Remeter oficiosamente ao órgão competente para a decisão de requerimento, petição, reclamação ou recurso que me seja dirigido, nos termos do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

O presente despacho produz efeitos a 26 de novembro de 2015, ficando ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito da presente delegação de competências.

14 de abril de 2016. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

209511825

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego

**Despacho n.º 5481/2016**

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de agosto, os trabalhadores em funções públicas podem requerer o Estatuto de Equiparação a Bolseiro, quando se proponham realizar programas de trabalho e estudo ou frequentar cursos ou estágios no País, que sejam de reconhecido interesse público.

Considerando o requerimento apresentado pela interessada, o parecer favorável emitido pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., e o interesse público de que se reveste o referido doutoramento, que se traduz na valorização dos recursos humanos da Administração pela obtenção de formação académica de nível superior, com reflexos na melhoria dos serviços prestados ao cidadão;

Considerando, ainda, que o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., reconhece o interesse para a instituição, na realização e conclusão do programa de estudos de doutoramento, 3.º ano de sociologia, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pela trabalhadora, Maria Joana Vinagre Marques da Silva Patel, não existindo prejuízo para o normal funcionamento do serviço onde presta funções, ao abrigo do disposto no regime de equiparação a bolseiro aprovado pelo Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de agosto, e do Despacho n.º 1300/2016, de 13 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 27 de janeiro, determino o seguinte:

1 — É concedida a equiparação a bolseiro no País à trabalhadora Maria Joana Vinagre Marques da Silva Patel.

2 — Após o termo do período de equiparação a bolseiro deverá a trabalhadora, no prazo de 90 dias, apresentar um relatório da atividade desenvolvida e resultados obtidos, como toda a documentação que lhe serviu de fundamento.

3 — A presente equiparação a bolseiro implica a dispensa total do exercício de funções, pelo período de 200 dias, contados após a publicação do presente despacho.

13 de abril de 2016. — O Secretário de Estado do Emprego, *Miguel Filipe Pardal Cabrita*.

209509436

Instituto da Segurança Social, I. P.

**Aviso n.º 5262/2016**

No cumprimento do disposto do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público, que a trabalhadora abaixo identificada concluiu, com sucesso, o período experimental de função na categoria de inspetor da carreira de inspetor superior, após concurso interno de ingresso aberto para o efeito, ficando posicionada na primeira posição remuneratória da referida categoria:

Sónia Marina Rodrigues Gralhinho

8 de abril de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Luís Monteiro*.

209512635

## SAÚDE

Administração Regional de Saúde de Lisboa  
e Vale do Tejo, I. P.

**Despacho (extrato) n.º 5482/2016**

Por despacho de 04-01-2016, do Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., autorizada a equiparação a bolseiro à enfermeira Liliana Maria Botelho Ferreira, a exercer funções na ARSLVT, I. P./ACES Lisboa Central — USF Ribeira Nova, para frequência do “Curso de Mestrado em Enfermagem na área Especialização de Saúde Comunitária”, na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, com início a 06-10-2015, e duração previsível de 3 semestres, em regime de tempo parcial, nos termos do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de agosto.

15 de março de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Nuno Venade*.

209512108

**Despacho (extrato) n.º 5483/2016**

Por despacho do Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 11/03/2016, foi autorizada a consolidação da mobilidade na categoria à técnica especialista de 1.ª classe da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica — área de fisioterapia, Ana Maria Gonçalves Figueiredo, para integrar o mapa de pessoal do ACES de Lisboa Ocidental e Oeiras, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

18 de março de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Nuno Venade*.

209513372

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.

**Aviso n.º 5263/2016**

Findo o prazo de recrutamento de pessoal médico, para a categoria de assistente graduado sénior, área de saúde pública, da carreira especial médica, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, de 17 de junho de 2015, aviso n.º 6693/2015, torna-se pública a lista de classificação final, homologada em 22/03/2016, pelo Presidente do Conselho Diretivo, da ARS Alentejo:

**Lista de Classificação Final**

- 1 — Agostinho Petronilho Simão — 16,26 valores
- 2 — Teresa Maria Miguéns Sousa Machado Caldas de Almeida — 15,74 valores
- 3 — Manuel José Galego — 12,30 valores

Após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, a mencionada lista é afixada na sede da Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P., sita no Largo do Paraíso, 1, em Évora, e publicitada na página eletrónica deste Instituto, em [www.arsalentejo.min-saude.pt](http://www.arsalentejo.min-saude.pt).

Da homologação da lista de classificação final pode ser interposto recurso nos termos do Código do Procedimento Administrativo, devendo o mesmo ser apresentado ao Sr. Presidente do Conselho Diretivo da ARS do Alentejo, I. P.

29 de março de 2016. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques*.

209509858

## Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas

### Aviso n.º 5264/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho torna-se público que, na sequência da conclusão da 15.ª edição (2014/2015) do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os seguintes trabalhadores:

Jorge Nuno Nogueiro Gomes Morais Borges com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior e nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de dezembro, equivalente ao montante pecuniário de 1.201,48€, com efeitos a 1 de novembro de 2015;

Marta Maria Rebelo Santos com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior e nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de dezembro, equivalente ao montante pecuniário de 1.201,48€, com efeitos a 1 de novembro de 2015;

Pedro Miguel Capela Alves com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior e nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de dezembro, equivalente ao montante pecuniário de 1.201,48€, com efeitos a 1 de novembro de 2015;

Pedro Miguel Pereira Tavares com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior e nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de dezembro, equivalente ao montante pecuniário de 1.201,48€, com efeitos a 1 de novembro de 2015.

O mencionado contrato, por força do disposto nos artigos 45.º a 51.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, encontra-se sujeito a período experimental com a duração de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na cláusula 6.ª do acordo coletivo n.º 1/2009, aplicável nos termos previstos no artigo 9.º da parte preambular da LTFP.

Durante o período experimental, o contratado será acompanhado por um júri, para efeitos do previsto no n.º 1 do artigo 46.º da LTFP, com a seguinte composição:

- Presidente — Dr. António João Costa Santos Coelho  
 1.º Vogal Efetivo — Dr.ª Maria Teresa Pacheco Martins  
 2.º Vogal Efetivo — Dr.ª Maria Otilia Ferreira Gomes Pinto  
 1.º Vogal Suplente — Dr.ª Dulce Maria Almeida Valente  
 2.º Vogal Suplente — Dr.ª Tânia Cristina Ceris de Lima

13 de abril de 2016. — O Diretor-Geral, *Carlos Liberato Baptista*.  
209513412

## Direção-Geral da Saúde

### Despacho n.º 5484/2016

Na sequência do Despacho n.º 13979/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, 26 de outubro de 2012, e após análise circunstanciada do respetivo desempenho e dos resultados obtidos, evidenciados, designadamente, no relatório de demonstração de atividades prosseguidas, informo que, ao abrigo do disposto nos artigos 23.º e 24.º do Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro) renovo, com efeitos a 15 de outubro de 2015, a comissão de serviço do Dr. Ilídio Cláudio dos Santos Correia no cargo

de Chefe de Divisão de Mobilidade de Doentes da Direção-Geral da Saúde, pelo período de três anos.

21 de março de 2016. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.  
209509428

### Despacho n.º 5485/2016

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do meu despacho datado de 1 de abril de 2016, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade da enfermeira, da carreira especial de enfermagem, Maria João Roque de Albuquerque Carvalho, nos termos do artigo 99.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, pelo que vai ser celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de abril de 2016, integrando um posto de trabalho do mapa de pessoal desta Direção-Geral, sendo mantida a mesma posição remuneratória do serviço de origem, Administração Regional de Saúde do Centro, IP.

1 de abril de 2016. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.

209509444

## Hospital do Arcebispo João Crisóstomo — Cantanhede

### Aviso (extrato) n.º 5265/2016

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 28.º da Portaria n.º 250/2014, de 28 de novembro, e para conhecimento dos interessados, torna-se pública, devidamente homologada, a lista unitária de ordenação final ao procedimento concursal para recrutamento 3 (três) postos de trabalho na categoria de enfermeiro, da carreira especial de enfermagem, do mapa de pessoal do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo, aberto pelo Aviso n.º 7601/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 132, de 9 de julho de 2015 e posteriormente retificado pela Declaração de Retificação n.º 642/2015, publicada no *Diário da República* n.º 146, de 29 de julho de 2015.

Ficam por este meio notificados todos os candidatos da referida homologação da lista de ordenação final.

A referida lista encontra-se disponível para consulta pública no placard do Serviço de Recursos Humanos do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo e publicitada na página eletrónica deste Hospital, em [www.hdcantanhede.min-saude.pt](http://www.hdcantanhede.min-saude.pt).

13-04-2016. — A Diretora Clínica, *Dr.ª Maria de Lurdes de Freitas Simões de Sá Tenreiro*.

209509874

## Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.

### Despacho n.º 5486/2016

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 20.º e nos n.ºs 9 e 11 do artigo 21.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, tendo presente os artigos 1.º e 7.º, ambos da Portaria n.º 158/2012, de 22 de maio e a deliberação n.º 853/2012, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 29 de junho, o Conselho Diretivo do INEM, I. P. deliberou, em 15 de outubro de 2015 o seguinte:

1 — Designar, por proposta do júri do procedimento concursal, para exercer em regime de comissão de serviço, no cargo de dirigente intermédio de 2.º grau, Coordenador do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, o licenciado Sérgio José da Cunha Silva.

2 — A presente designação fundamenta-se na reconhecida aptidão, competência técnica, experiência profissional e formação do visado, conforme resulta da nota curricular publicada em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a 16 de outubro de 2015.

### Súmula Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Sérgio José da Cunha Silva

Nascimento: 16 de abril de 1965 em Lisboa